

O NOVO PARADIGMA PRODUTIVO DO SETOR RURAL LATINO-AMERICANO

*Magda Fritscher**

Introdução

Em meio às profundas transformações técnico-estruturais que marcaram o mundo capitalista do pós-guerra, destacou-se o fenômeno da modernização agrícola que, ao elevar significativamente o componente orgânico da capital no setor, deixava para trás os métodos tradicionais de cultivo da terra, baseados quase inteiramente no uso de fatores naturais e na força de trabalho. Esse processo, iniciado nos Estados Unidos, em poucos anos se propagou à Europa, para atingir, na década de 60, o subcontinente latino-americano.

A adoção de um novo paradigma modernizante provocaria alterações profundas nos sistemas agrícolas do mundo capitalista, estabelecendo novos perfis produtivos e de consumo e subvertendo as antigas hierarquias e pactos em matéria de comércio internacional. Um novo sistema alimentar nasceria sob a hegemonia norte-americana, imprimindo mudanças significativas na divisão internacional do trabalho agrícola vigente desde o século passado.

Esse conjunto de modificações causaria um profundo impacto sobre a economia rural latino-americana, organizada até então, segundo padrões extensivos, em torno de objetivos como a auto-suficiência alimentar e a obtenção de divisas. Fenômenos como a crise de alimentos, a conversão de parte da superfície agrícola em cultivos forrageiros e a expansão da pecuária sobre zonas de subsistência constituiriam a nova realidade do subcontinente, surgindo como despreendimento dos novos paradigmas agropecuários. Outras derivações ainda se dariam no terreno das exportações agropecuárias, tradicional baluarte econômico da região, levando a perdas de espaços e a novas inserções, num processo tendencialmente empobrecedor do comércio exterior.

Esses constituem alguns dos aspectos da nova trajetória rural latino-americana que desejamos enfatizar neste ensaio.

*Professora Titular do Departamento de Sociologia da Universidade Autônoma Metropolitana do México e Professora visitante do Curso de Pós-graduação de Sociologia da UFRGS.

1 — Antecedentes

1.1 — As fronteiras agrícolas do capitalismo inglês

Uma enorme disparidade no desempenho das forças produtivas separa historicamente o mundo industrial do agrícola. Enquanto a primeira grande revolução tecnológica no campo da indústria ocorreu há mais de dois séculos, a transformação da base técnica da agricultura foi, como vimos, um fenômeno tardio, próprio da conjuntura pós-bélica do nosso século.

Esse atraso secular do setor agrícola deriva, em grande medida, dos obstáculos e desafios que enfrenta a tecnologia na tentativa de controlar processos produtivos que dependem, por um lado, de fatores imponderáveis como a terra e o clima e, por outro, da inalterabilidade dos ciclos biológicos. Conforme veremos, a capacidade técnica necessária para mudar o perfil produtivo só se obteria com a consolidação de certos ramos industriais e através de conquistas genéticas, ambos fenômenos de ocorrência recente.

No entanto a baixa capacidade produtiva da agricultura não constituiu um entrave inexorável ao processo de acumulação. A ampla disponibilidade de terras suscetíveis de serem postas sob cultivo numa etapa na qual o capitalismo ampliava continuamente as suas fronteiras permitiu compensar a escassa produtividade com uma permanente expansão da superfície agrícola. Dessa forma, foi possível responder positivamente às enormes necessidades em termos de alimentos e matérias-primas de sociedades que se urbanizavam com celeridade. Esse paradigma produtivo — que combinava métodos tradicionais de cultivo com o crescimento em superfície — regeu os destinos das agriculturas do conjunto dos países capitalistas até o século atual.

Cabe observar, contudo, que o processo produtivo nem sempre foi linear, sofrendo limitações na medida em que se esgotavam as fronteiras requeridas pelo modelo extensivo. A Europa enfrentou, assim, obstáculos de importância no decorrer do século passado, quando as terras com melhor capacidade produtiva começaram a tornar-se cada vez mais escassas. A teoria dos rendimentos agrícolas decrescentes de Ricardo expressa essa preocupação para o caso inglês, país que mais intensamente viveu o drama da defasagem agrícola-industrial. Outros pensadores, como Malthus, vislumbraram verdadeiras catástrofes para a sociedade europeia, tendo em vista os desequilíbrios gerados por um alto crescimento demográfico face a um medíocre desempenho alimentar.

A saída para essa situação problemática deu-se através do mesmo paradigma extensivo, somente que envolvendo fronteiras agrícolas externas ao continente. Na medida em que era improvável na época um salto tecnológico que possibilitasse um aumento da disponibilidade de alimentos e matérias-primas, o capitalismo europeu, sob a liderança inglesa, procurou relançar o processo expansivo em outras latitudes, encontrando nos vastos territórios do mundo pós-colonial uma aparentemente inesgotável fonte de recursos primários.

Sob essas circunstâncias, regiões inteiras de terras férteis e clima temperado,

como as norte-americanas, australianas e argentinas, foram convertidas em prolongações do território inglês, abastecendo os mercados de cereais e carnes, componentes básicos da dieta do Reino Unido. Se bem foi a Inglaterra que conduziu esse processo, as repercussões se fariam sentir sobre os mercados europeus em geral: Kautsky (1981, p.280) nos fala do grande êxito obtido na redução dos preços dos principais alimentos nos mercados inglês, francês e alemão a partir de 1880, como resultado da concorrência de ultramar.

A América Latina, através dos países do Rio do Prata, mas especialmente da Argentina, cumpria exitosamente com as novas funções, contribuindo, já nas primeiras décadas do século atual, com uma significativa proporção da oferta mundial de alimentos. Assim, a partir de 1910, esse país adquiriria uma posição monopólica no mercado inglês da carne; com respeito aos cereais, nos decênios 20 e 30, participaria com 60% da oferta mundial de milho e 40% da de trigo no mercado internacional desses produtos (Flichman, 1977, p.97).

Junto com essa importante contribuição no ramo dos alimentos básicos, a região latino-americana converter-se-ia em centro exportador de produtos complementares à dieta básica, característicos de zonas de clima tropical e subtropical, como o café, o açúcar, o cacau, o tabaco, etc., que teriam alta receptividade junto aos consumidores europeus e norte-americanos.

O subcontinente transformar-se-ia, assim, numa fonte importante de bens agropecuários, situação que, dentro do modelo estabelecido pela Inglaterra, permitia ao capitalismo europeu avançar no processo de especialização industrial, sem ter que enfrentar as dificuldades de uma revolução tecnológica da agricultura. As rendas diferenciais que fluíram ao território latino-americano recompensaram amplamente os países produtores e, onde não foram absorvidas pelo capital externo, se transformaram numa parte importante do fundo de acumulação que, nos anos 30, permitiria a arrancada industrial de alguns países.

Esse modelo subsistiu — já muito debilitado durante o período bélico — até aproximadamente a década de 50, quando a Europa procuraria constituir endogenamente as suas funções agrícolas, voltando, assim, a um modelo mais aut centrado de desenvolvimento.

1.2 — A revolução agrícola norte-americana

Inserido na divisão internacional do trabalho do século XIX como país primário-exportador, os Estados Unidos em pouco tempo superaram esse estatuto, formando uma indústria própria que retroalimentaria o seu vasto setor rural. Ao contrário da via inglesa que, dissociando indústria e agricultura, expulsaria esta para fora de suas fronteiras, o capitalismo norte-americano propiciou um nexo orgânico entre ambos os setores, cujo resultado foi um desenvolvimento mais auto-suficiente, com poucas brechas externas.

Essa situação levaria também a um maior interesse pelo problema tecnológico da agricultura, apesar de que, ao contar com uma fronteira interna de enormes di-

mensões, predominou, até as primeiras décadas do nosso século, a via extensiva de desenvolvimento.

A escassez do fator trabalho neste país havia levado, desde o século passado, a tentativas de mecanização que não puderam consolidar-se devido ao peso excessivo dos tratores a vapor e a sua inadequação a distintos tipos de solos; também se fizeram esforços nas áreas de irrigação, fertilização e controle de pragas. Na década de 20, surgiram as primeiras sementes híbridas de milho, antecipando o fenômeno da “revolução verde”. No entanto, apesar desses progressos, a mudança da base técnica do setor agrícola somente se efetuariam anos mais tarde, quando, sob a conjuntura bélica, os setores químico e mecânico atingiram um alto nível de diversificação. Daí nasceriam como subprodutos aos fertilizantes e os pesticidas, assim como os modernos tratores de combustão interna derivados dos progressos na indústria automotriz. Em ambos os casos, o petróleo surgia como elemento determinante da nova tecnologia tanto como matéria-prima na elaboração dos insumos como combustível para a tração mecânica, para as bombas de irrigação, etc. Paralelamente e como fator primordial da revolução agrícola, apareciam as sementes híbridas, produto de processos biológicos destinados a criar novas variedades de cultivos, resistentes a pragas e a climas adversos e encaminhados a incrementar os rendimentos por unidade de superfície. Esses “híbridos milagrosos” exigiam para a sua aplicação o uso intenso de fertilizantes e inseticidas, quantidades abundantes de água, assim como mecanização. Criava-se, assim, o pacote tecnológico que, ao difundir-se, levaria a um uso intenso de bens industriais no processo produtivo.

Anos mais tarde, a pecuária sofreria igualmente transformações importantes, baseadas, em grande medida, no auge agrícola anterior. Por volta dos anos 50, obtiveram-se variedades híbridas do sorgo e da soja que, junto ao milho e outros cereais secundários, se converteriam na base da alimentação animal, transformando os sistemas pecuários de extensivos em intensivos. A partir de então, a pecuária não requeria mais o fator terra para se desenvolver, podendo fazê-lo em espaços limitados sob controle centralizado, autonomizando-se, consideravelmente, dos fatores aleatórios da natureza que incidem e alteram os processos de produção. Essa situação seria estimulada pelas inovações genéticas que, mudando a linha de certas espécies pecuárias, facilitariam a sua adaptação ao novo tipo de alimentação, acelerando também o seu ciclo produtivo e reprodutivo.

Em conseqüência desse processo, ao findar os anos 50, a agricultura norte-americana havia-se convertido numa atividade tão intensiva em capital como as indústrias mais sofisticadas. Grandes aumentos na produtividade e na produção converteriam os Estados Unidos no maior produtor mundial de alimentos, situação que, como veremos a seguir, levaria a mudanças nos sistemas agrícolas e pecuários do mundo capitalista e a modificações importantes no comércio internacional desses produtos.

2 — A internacionalização do modelo alimentar: o caso latino-americano

2.1 — A crise cerealífera

O auge produtivo obtido nos Estados Unidos em consequência da revolução agrícola determinaria, terminado o conflito bélico, uma primeira grande crise de sobreprodução, principalmente de cereais. Procurando proteger os agricultores dos efeitos adversos da produção excedente, o governo norte-americano adquiriu os vastos estoques alimentícios, procurando saídas externas para os mesmos. No entanto a exportação tornava-se difícil, tendo em conta que, terminada a guerra, prevaleciam as políticas protecionistas, inclusive na Europa, adepta até há pouco tempo atrás do livre-cambismo. Mesmo assim, durante a reconstrução e a vigência do Plano Marshall os Estados Unidos conseguiram penetrar os mercados europeus. Neutra-lizada essa possibilidade, parte dos excedentes pôde ser absorvida pelos exércitos americanos que participaram na Guerra da Coréia. Posteriormente, o governo norte-americano procuraria estabelecer estratégias de longo prazo que pudessem resolver o problema da sobreprodução dos cereais. Voltando sua atenção aos países periféricos, o congresso daquele país elaborou, em 1954, uma lei de ajuda alimentar aos países pobres, a chamada PL 480, autorizando créditos a longo prazo e com baixas taxas de juros para aqueles países que importassem alimentos, em especial trigo e milho. Além das condições favoráveis, mediante as quais se concedia o empréstimo, o novo pacto oferecia estímulos adicionais aos países beneficiados de tal forma que os excedentes obtidos internamente através da venda dos alimentos importados poderiam ser empregados pelos governos locais para gastos militares, ou ainda para financiar o estabelecimento de empresas multinacionais (Burbach & Flynn, 1982, p.68). Os estímulos eram, assim, de múltipla natureza, assegurando um grande êxito para a nova estratégia. Muitos países aderiram à PL 480: deixando atrás os parâmetros protecionistas, propiciaram o ingresso massivo dos alimentos que, por seu baixo custo, levariam os produtores locais à quebra. A partir de fins de 1950, o trigo transformar-se-ia num alimento básico mesmo para os povos que até então não conheciam esse produto: foi o caso de países orientais, como o Japão e a Coréia, que integraram o pacto alimentar norte-americano. Na década seguinte, no fim dos anos 60, os subsídios e empréstimos favoráveis foram retirados, passando as negociações a serem efetuadas sem esses benefícios. No entanto, apesar disso, o mercado para o trigo norte-americano continuou aberto, já que, sendo os diferenciais de produtividade enormes, os produtores nacionais não podiam competir com a produção norte-americana. Em fins dos anos 60, o preço dos cereais no mercado internacional era muito inferior aos preços internos, razão pela qual perdurou a solução importadora.

A problemática da dependência alimentar agravou-se ao ocorrer, na primeira metade da década de 70, uma insólita elevação no preço desses produtos, em consequência de fatores de índole diversa que confluíram na conjuntura: a diminuição das reservas cerealíferas mundiais, o ingresso súbito da União Soviética no mercado internacional e a crise do petróleo. Essa situação converteria as importações num

pesado sacrifício para as economias nacionais que, segundo indicam os dados estatísticos, perderiam grande parte das suas divisas na compra externa de alimentos.

O caso latino-americano reflete claramente as tendências expostas: reduzindo a superfície cultivada com cereais no transcurso do período estudado, os países perderiam irremediavelmente a condição de auto-suficiência que detinham nessa área na década de 50, devendo importar, em 1980, um total de 25 milhões de toneladas de grãos, registrando no mesmo ano um déficit de 17 milhões de toneladas (CEESTEM, 1980, quadro I-7).

Com relação ao trigo, observa-se uma redução na produção anual *per capita* de 67kg em 1958-62 para somente 44kg em 1970 (Estevez & Portilla, 1981, quadro I), devendo-se importar mais da metade do que se consome internamente. À exceção da Argentina, tradicional país produtor e exportador, todos os demais países da região importariam, em maior ou menor escala, esse e outros cereais.

O México, pioneiro nas técnicas da “revolução verde” no cultivo do trigo e exportador das “sementes milagrosas” desse cereal, é hoje dependente da produção norte-americana: na década dos anos 70 viu-se obrigado a adquirir externamente uma quantidade que superou em 50% à produção interna. Quanto ao milho, base da alimentação popular e produto de exportação nos anos 60, passou a ser importado na década seguinte, atingindo as aquisições a cifra de 4 milhões de toneladas, equivalendo a 34,2% da produção nacional (Barkin & Suarez, 1982, quadro 13).

O Brasil, depois de um memorável esforço na produção tritícola entre os anos 1947-57, como consequência dos acordos com os Estados Unidos, reduziu em 40% sua produção a partir de 1958 (Muller, 1981, p.104). Apesar do esforço para recuperar a produção nacional na década de 70, em 1980 as importações ultrapassaram a elevadíssima soma de um bilhão de dólares (Delgado, 1985, tab.2).

Conhecido é o caso da redução da superfície tritícola no Chile em resposta à política neoliberal da ditadura militar. Com respeito ao Equador, entre 1967 e 1977 observa-se que a produção se reduziu à metade, triplicando-se ao mesmo tempo o consumo desse cereal. No Peru, entre 1943 e 1977 quintuplicaram as importações de trigo. Também com respeito a Costa Rica e Venezuela, tem-se notícias sobre o elevado índice de suas importações (Arroyo et alii, 1985).

Dado que os cereais constituem o alimento básico predominante da metade mais pobre da população latino-americana, a carência interna desses bens intensifica a vulnerabilidade dos países da região, ainda mais quando os Estados Unidos utilizam politicamente a situação de dependência alimentar, embargando remessas em conjunturas conflituas.

A problemática agrava-se ao observarmos que outros tipos de alimentos básicos, como o feijão e a mandioca, entram também em crise como consequência da introdução de novos cultivos destinados à alimentação animal. Tratando-se de produtos autóctones, não existentes no mercado internacional, há uma tendência à sua substituição pelo trigo importado, situação que se observou em anos recentes nos casos brasileiro e mexicano (Fritscher, 1986), fortalecendo dessa forma, o padrão dependente.

A expansão cerealífera norte-americana atingiu também outros continentes e

latitudes, chegando inclusive ao mundo socialista: os países europeus, o Japão e a União Soviética, importam hoje, em grande escala, os cereais norte-americanos. A diferença com relação à América Latina reside em que nesses países o objetivo importador responde à necessidade de alimentar o gado, convertido em consumidor de cereais secundários dada a transformação dos sistemas de criação; nos nossos países, no entanto, as importações são feitas para cobrir as necessidades alimentares da população.

3 — A expansão do modelo forrageiro

Uma derivação importante da revolução agrícola nos Estados Unidos foi a transformação dos sistemas de exploração pecuários. O auge cerealífero daquele país permitiu que uma parte importante do produto excedente, constituída pelos chamados cereais secundários, como o milho, a cevada e o sorgo, fosse destinada ao consumo animal. De outro lado, surgia a soja, oleaginosa de escassa circulação até os anos 40, originária da Ásia, e que, uma década mais tarde, se converteria numa das principais produções norte-americanas. Rica em proteínas, ela se tornou um componente básico das rações. Paralelamente efetuavam-se mudanças genéticas em certas linhas de produção animal — a avícola e a suína —, favorecendo a sua adaptação ao novo tipo de insumo alimentar.

O baixo custo dos cereais e das oleaginosas, junto com os aumentos na produtividade desse setor, converteu a pecuária intensiva numa atividade altamente lucrativa, favorecendo a sua expansão nos países europeus e asiáticos, atingindo inclusive o mundo socialista.

O aumento nos ingressos da população dos países capitalistas nos anos pós-guerra permitiu uma modificação das dietas tradicionais através da incorporação desse produto, cuja demanda tenderia a generalizar-se, alcançando inclusive os assalariados: o consumo *per capita* anual de carne nos Estados Unidos, por exemplo, elevou-se de 47kg para 60,8kg entre 1965 e 1985, enquanto na Europa, durante o mesmo período, esse índice aumentou 30% (CEESTEM, 1980, quadro IV-4).

Consagrava-se, assim, a nível mundial, um novo modelo alimentar, cuja base era a proteína animal. Correlativamente se criava um enorme mercado para as produções forrageiras, como a soja, o sorgo e o milho, convertendo-as em verdadeiros pilares do comércio agropecuário mundial. Os Estados Unidos transformar-se-iam no maior produtor mundial desses bens, atingindo, em alguns casos, uma posição monopólica na oferta dos mesmos; com respeito à soja, por exemplo, a partir de 1970, passou a controlar 66% das exportações mundiais.

A implantação do novo padrão alimentar à escola mundial traria outras consequências para a vida econômica dos países, destacando-se, de um lado, a penetração de empresas transnacionais ligadas à produção de rações e, de outro, o controle por essas agências dos ramos de produção avícola e suína. De fato, em vários países latino-americanos instalam-se a partir dos anos 70 as empresas produtoras de insumos animais, que registram grande dinamismo, superando mesmo as taxas de crescimen-

to dos outros setores da indústria alimentar. Entre 1970 e 1975, esse setor cresce a uma taxa média anual de 19,1% no Brasil, de 11,6% no México e de 14,6% na Venezuela, sendo importante também os desempenhos das indústrias instaladas em países como o Equador, o Paraguai e o Peru (Arroyo, 1985, p.142).

Concomitantemente, a produção avícola, inteiramente sob o domínio estrangeiro, apresentava verdadeiros recordes em seu crescimento. Um bom exemplo disso é justamente o caso brasileiro, onde ela apresentou taxas de crescimento anuais superiores a 40% entre 1969 e 1976, levando o país a condição de exportador. Nos casos mexicano e venezuelano, o ritmo produtivo é também impactante, embora mais modesto do que os verificados nos primeiros países.

Esse processo de consolidação de um novo tipo de oferta alimentar chegaria a incidir sobre as estruturas produtivas do campo nos países receptores, na medida em que as empresas do vasto complexo agroindustrial tenderiam a forjar internamente a produção da matéria-prima requerida, procurando um tipo de abastecimento mais ágil e uma menor dependência das importações. Dessa forma, produtos como a soja, o sorgo e outros tipos de forrageiras — praticamente desconhecidas no território latino-americano até a primeira metade dos anos 60 — transformam-se em cultivos prioritários, agravando a já presente tendência à depressão dos cultivos básicos destinados à alimentação humana. Em muitos casos é estimulada a substituição de cultivos, favorecendo os forrageiros. Basta lembrar o caso mexicano, onde o sorgo tendeu a substituir o milho, e a soja, o trigo; e o caso brasileiro, onde, com uma celeridade impressionante, a soja invadiu a Região Sul, cerceando a expansão dos cultivos alimentares.

Foi assim que a produção latino-americana de oleaginosas, das quais a soja é componente fundamental, cresceu entre 1966 e 1976 de 7,7 milhões para 18,7 milhões de toneladas, destacando a elevada participação brasileira na constituição dessa oferta. A produção de sorgo demonstrou a mesma tendência, elevando-se de 1,9 milhões para 13,3 milhões de toneladas entre 1962 e 1978 (Arroyo, 1985, p.97 e 140). Esse ritmo ascendente contrasta de forma impactante com a lentidão com a qual se desenvolve o ramo dos alimentos básicos na década de 70, reforçando a brecha favorável para a colocação das produções excedentes norte-americanos.

No entanto não foram poucos os casos dos países nos quais o dinamismo e a expansão das indústrias vinculadas à produção animal foram de tal envergadura que superaram nas suas necessidades a capacidade produtiva interna do ramo dos insumos agrícolas, o que levou esses países a lançarem mão, em forma adicional, de sua importação. Significativo é o caso mexicano, onde as produções de soja e sorgo — que mesmo tendo substituído o feijão, convertendo o país em dependente da produção norte-americana — revelaram-se insuficientes para abastecer o circuito integrado de agroindústrias animais de tal forma que hoje esse país deve importar ambos os produtos.

No âmbito latino-americano, as importações de soja atingiram 2.285 mil toneladas no ano de 1981, expressando as tendências mencionadas (Arroyo, 1985, quadro A 2.11).

Merece destaque, no entanto, o caso brasileiro por sua situação de excepção.

nalidade. Grande produtor de soja durante a década de 70 não só alimentou os setores internos vinculados à produção animal, como converteu-se no segundo exportador mundial desse produto, depois dos Estados Unidos. A sua balança agropecuária registraria um enorme incremento nos saldos positivos, consituindo a sua inserção no novo modelo internacional um fator de enriquecimento em termos de divisas. Esse foi um acontecimento *sui generis* no quadro dos países latino-americanos, para os quais a integração à nova dinâmica significou geralmente uma redução nos saldos líquidos da balança comercial agropecuária.

4 — A nova vocação pecuária

A pecuária bovina, ao contrário do que sucedeu nos países desenvolvidos, conservaria na América Latina os seus métodos extensivos, reproduzindo-se sobre a base de superfícies territoriais cada vez mais amplas. Alheia às alterações tecnológicas e à penetração transnacional no sistema produtivo, essa atividade, no entanto, desenvolver-se-ia intensamente a partir das duas últimas décadas, estimulada pela abertura do mercado norte-americano ao produto obtido em regiões tropicais e subtropicais do subcontinente. Assim, junto aos tradicionais exportadores rio-platenses, surgiam novos países comprometidos com o comércio internacional como, por exemplo, México, Honduras, Costa Rica, Guatemala e Colômbia.

A transformação tecnológica da pecuária nos países desenvolvidos havia levado a uma completa reestruturação nos mercados externos do produto. A Europa, antiga zona receptora, converter-se-ia não só em auto-suficiente, mas em exportadora de carne, em conseqüência da adoção dos métodos de produção intensivos. A Inglaterra, que até os anos 60 havia mantido aberto o seu mercado às produções latino-americanas, a partir do seu ingresso no Mercado Comum Europeu restringiu fortemente as zonas de abastecimento, situação que constituiria um forte golpe para as economias argentina e uruguaia. De outro lado, os Estados Unidos, país com pouca tradição exportadora no período anterior, tornar-se-ia, nos anos 70, o maior produtor mundial de carne, procurando captar no Exterior mercados como o japonês e outros do sudeste asiático. A sua capacidade exportadora evoluiu de 2 mil toneladas na época da pré-guerra para 596 mil nos anos 80 (Anu. FAO Comer., 1965 e 1980).

Junto com esse fenômeno expansivo, resultado das inovações descritas, surge outro relativo a uma estratificação dos mercados e também dos países ofertantes. Dessa forma, paralelamente à ampliação da oferta de carnes de primeira qualidade, destinada às camadas médias e altas da população consumidora, surge outro tipo de produto constituído por carnes de mais baixa qualidade que, de um modo geral, aparecem sob a forma industrializada — *hot dog, hamburger*, etc. — destinado ao consumo das faixas populacionais de menores ingressos. Enquanto o mercado de carnes finas é dominado pelos países desenvolvidos, com uma participação cada vez menos importante dos países rio-platenses, o das carnes de segunda é ocupado pela pecuária das zonas tropicais e subtropicais latino-americanas, desenvolvendo-se sobretudo na órbita dos mercados norte-americanos, ocasionalmente do canadense.

Assim, a pecuária das zonas novas, geograficamente próximas às fronteiras dos Estados Unidos é altamente estimulada por esse país, como também pelas agências financeiras internacionais sob a hegemonia norte-americana, como o Banco Mundial, o BID e outras. Segundo o Banco Mundial,

“os créditos para a pecuária constituem a linha de crédito mais importante (...) equivalente a quase a terça parte do conjunto de projetos do Banco para o crédito agropecuário e mais de 70% dos créditos agropecuários do Banco para a América Latina” (Rama & Rello, 1979, quadro 2).

Segundo informação da mesma fonte, o México absorveu mais de 60% dos créditos que o Banco Mundial e o BID concederam a projetos pecuários na América Latina durante o período 1971-77. Posteriormente se incrementariam os financiamentos aos países centro-americanos, de articulação mais recente com o mercado norte-americano. Entre 1970 e 1975, o volume da carne exportada por esses países quadruplicou-se.

No que diz respeito ao México, a atividade exportadora é mais antiga, sobretudo na zona norte, fronteira; fenômeno recente, no entanto, é a enorme expansão sobre regiões de climas tropical e subtropical, havendo-se incorporado à área pecuária uma superfície de 50 milhões de hectares tão-somente nas últimas duas décadas (Sitjar & Osório, 1983).

Dessa forma, a atividade de maior expressão no ramo da pecuária bovina na América Latina nas últimas décadas é aquela vinculada à exportação de carnes de baixa qualidade ao mercado americano, superando em dinamismo a das carnes finas, próprias dos antigos países produtores, cerceados na sua expansão pelo bloqueio europeu e pela concorrência norte-americana. Isso explica que os países especializados na exportação de carnes menos nobres tenham aumentado suas vendas de 83 mil toneladas ao final dos anos 40 para 345 mil em 1980, enquanto a Argentina, o maior exportador mundial em 1948-52, só as aumentou de 255 mil toneladas para 315 mil durante o mesmo período, revelando um desempenho comercial muito aquém do registrado pelos primeiros (Anu. FAO Comer., 1965 e 1980).

Cabe mencionar, por último, que a ampliação dos espaços utilizados pela pecuária e a multiplicação dos rebanhos nos países de recente integração foram fatores de desencadeamento de fortes conflitos sociais, ocorrendo paralelamente à invasão de áreas camponesas de subsistência e à expulsão da população local, sobretudo em países de escassa fronteira agrícola e de alta densidade demográfica; também levaram a uma redução das áreas destinadas anteriormente aos cultivos básicos, ao penetrar em zonas com vocação agrícola. Por outro lado, a expansão da pecuária nesses países não contribuiu para o aumento do consumo interno do produto; ao contrário, foram eles que apresentaram os índices de consumo *per capita* mais baixos de toda América Latina, havendo até regredido entre os anos 1965-85 (CEESTEM, 1980, quadro IV-4).

5 — As produções hortifrutigranjeiras no quadro exportador

Cabe mencionar um último fenômeno característico das novas articulações entre o mundo rural latino-americano e os Estados Unidos: trata-se da produção de frutas e legumes em regiões de terras úmidas e de clima temperado para o mercado norte-americano.

A internacionalização desse tipo de produção é um fenômeno recente e aparece ligada às novas possibilidades no campo das técnicas de congelamento, embalagem e transporte, permitindo exportações para aquelas regiões onde, por razões climatológicas, tais produtos, não podem ser cultivados. Esse é o caso dos países do Hemisfério Norte que antes só podiam consumir tais bens em épocas limitadas do ano. Agora, com o desenvolvimento de novas técnicas de comercialização, sob as expectativas derivadas de um maior poder aquisitivo dos consumidores e mediante a constituição de zonas produtoras localizadas em outras latitudes, se pode conseguir um abastecimento permanente desses bens.

No caso norte-americano, há severas limitações para a produção interna desses produtos em todas as épocas do ano. Enquanto a agricultura da Flórida, capacitada para a produção hortigranjeira, abastece a costa leste dos Estados Unidos, a produção californiana é incapaz de fazê-lo para costa oeste nos meses de inverno e parte da primavera. É assim que surgem no continente latino-americano zonas especializadas nos cultivos desses bens, com o objetivo de cobrir a insuficiência da oferta norte-americana.

Na exportação desses produtos, figura em primeiro lugar o México, destacando-se desde fins dos anos 50 as zonas irrigadas do noroeste do país pela sua vocação para esse tipo de cultivo. Sob o emprego da tecnologia mais moderna, aí se cultivam vários tipos de legumes, como o tomate, o pepino e o aspargo; e frutas, como o melão e o morango, os quais, comercializados pelas transnacionais especializadas no ramo, mantêm uma participação importante na oferta global desses produtos nos Estados Unidos e, também, no Canadá. Ensaios importantes de reprodução de um modelo semelhante estão sendo feitos em vários países da América Central, onde as empresas transnacionais vinculadas à produção de banana procuram diversificar a oferta num processo ainda incipiente de concorrência aos produtores mexicanos. De outro lado, as novas tendências atingem a América do Sul, destacando-se o caso chileno, onde parte importante do Valle Central, tradicional produtor tritícola, agora cultiva frutas (uvas, peras e maçãs) para o mercado norte-americano. Também merece menção o caso brasileiro, onde, em anos recentes, se promove o cultivo da laranja que, industrializada, atingirá o consumidor dos Estados Unidos.

Essas produções vão pouco a pouco elevando a sua importância dentro do quadro exportador dos distintos países. É assim que o México se transforma no segundo produtor mundial de tomate e que o seu setor de frutas e legumes passa a ocupar o segundo lugar em termos de valor agropecuário exportado, sendo superado unicamente pelo café nos anos 80. No caso brasileiro, a exportação de suco de laranja atingiu a elevadíssima soma de 659 milhões de dólares no ano de 1981, duplicando praticamente o *quantum* exportado no ano anterior (CEPAL, 1983, qua-

dro 18). No caso chileno, a exportação frutícola é de alta relevância os anos recentes, sendo um dos principais produtos colocados externamente. Os dados estatísticos revelam, ainda, que a quantidade exportada de frutas pela América Latina se duplicou entre 1970 e 1980, superando um milhão de toneladas em 1981 (Arroyo, 1985, quadro A-2.8).

Ainda que os cultivos hortifrutigranjeiros em certas ocasiões tenham chegado a deslocar a produção de alimentos básicos, como no caso chileno, não se pode afirmar que constituam fatores fundamentais da crise alimentar que atualmente se abate sobre os países da região. Tratando-se de produções com altos rendimentos por unidade territorial, ocupam lugares relativamente reduzidos dentro do conjunto da área agrícola. Ao contrário dos cultivos forrageiros recentemente introduzidos, aqueles são intensivos no uso da força de trabalho sobretudo na época de colheita. Dificilmente mecanizáveis, devido à vulnerabilidade característica do tipo de produto, empregam grandes contingentes de trabalhadores. Dadas as conhecidas diferenças de remuneração do trabalho em favor dos países desenvolvidos, a alta intensidade na utilização de mão-de-obra no processo produtivo desses produtos é justamente um elemento importante para explicar as vantagens comparativas dos países latino-americanos no comércio internacional.

6 — O processo modernizador

As novas tendências em matéria de rearticulação do setor agropecuário latino-americano com o mercado internacional de bens alimentares favoreceram a expansão de processos produtivos intensivos em capital, contribuindo para a modernização do campo no subcontinente. A introdução de novos cultivos, como os forrageiros e os de exportação, ocorreu paralelamente à penetração dos complexos agroindustriais no meio rural, os quais, através da prática do contrato, atrelam os produtores primários ao uso intensivo de insumos de origem industrial. Como as novas produções tendem a arraizar-se em territórios cada vez mais extensos, os espaços modernizados ampliam-se com celeridade. Esse processo, iniciado nos anos 60, consolida-se na década seguinte.

É assim que o consumo de fertilizantes na região se quadruplica, o uso de tratores cresce a taxas anuais de 6%, elevando-se as importações de agroquímicos e maquinária de 950 milhões a quase 2 bilhões de dólares entre 1970 e 1978/79 (CEPAL, 1981). Países como o México e o Brasil apresentariam os maiores índices de consumo de bens industriais no processo produtivo.

Em alguns países procurou-se estabelecer internamente um processo de substituição de importações no ramo dos insumos, tentativa que levou ao estabelecimento de filiais norte-americanas no setor, junto com certa intervenção estatal. Embora a auto-suficiência tivesse sido atingida parcialmente em alguns ramos, como o de maquinaria agrícola no caso brasileiro e o de fertilizantes no caso mexicano, está longe de materializar-se em forma global, razão pela qual as importações continuam em ascensão, constituindo um fator agravante do déficit da balança comercial do setor industrial.

O esquema modernizante da agricultura produz-se, no entanto, só de modo parcial, pois restringe-se aos cultivos “dinâmicos” que formam parte das atividades dos complexos agroindustriais nesses países. Geralmente aqueles outros produtos, de caráter alimentar, como o trigo, o milho, a mandioca, o feijão e o arroz, ficam à margem da revolução tecnológica, apresentando rendimentos estáveis ou ainda decrescentes nestas últimas décadas. Outro tipo de produções que não sofreu transformações importantes são as velhas culturas de exportação como o café, o açúcar, o cacau, que, de uma forma geral, continuam reproduzindo-se com base em padrões extensivos.

Assim, o paradigma modernizante não se globaliza, configurando-se um quadro heterodoxo de cultivos, no qual alguns, tecnicamente desenvolvidos, convivem com outros que conservam os métodos tradicionais e rudimentares de exploração.

Cabe mencionar, por último, que a implantação de métodos mecanizados no campo latino-americano é fator de expulsão de mão-de-obra e de enorme incremento da sobrepopulação agrária. Essa situação afeta os países em forma desigual, dependendo de suas particularidades quanto ao ritmo modernizante, à existência de territórios de fronteira, à capacidade de absorção dessa mão-de-obra pela economia urbana, às taxas de reprodução populacional, etc. No entanto é interessante observar que os dois países sob maior influxo modernizante no continente latino-americano — o Brasil e o México, radicalmente diversos com respeito aos fatores mencionados — têm hoje o seu setor agrário convulsionado por movimentos sociais, protagonizados fundamentalmente pelos trabalhadores que perderam as terras e o emprego em épocas recentes.

Conclusão

Em conseqüência da revolução agrícola norte-americana dos anos 50, um novo perfil produtivo e de consumo afirmar-se-ia a nível mundial, consagrando a proteína animal como componente básico dos novos modelos alimentares.

A potenciação da capacidade produtiva agrícola dos Estados Unidos havia levado o país a produções excedentes nos campos cerealífero e oleaginoso que, canalizadas ao consumo animal, dariam origem aos modernos sistemas pecuários que logo se estenderiam ao conjunto do mundo capitalista, penetrando inclusive nos países socialistas.

Outra das derivações do auge agrícola foram as políticas do governo norte-americano que, sob o pretexto de ajuda alimentar, converteram as populações dos países periféricos em dependentes dos Estados Unidos nessa esfera.

Em ambos os casos, os países transformaram-se em tributários das produções norte-americanas, conferindo a esse país um estatuto hegemônico, derivado de sua situação quase monopólica na oferta mundial desses produtos. Seria nos países periféricos, no entanto, onde a problemática da dependência adquiria traços mais críticos, dado que aí, em primeiro lugar, eram as necessidades alimentares da população as que estavam em jogo.

Os países latino-americanos seriam duramente atingidos pelas novas tendências. Observamos no corpo deste ensaio como se configurou o processo de dependência, levando à destruição das produções autóctones de alimentos e induzindo os países à prática importadora.

Paralelamente, impor-se-ia a “pecuarização da agricultura”, tendência derivada da substituição de espaços destinados aos produtos básicos por outros de natureza forrageira, levado a cabo sob o influxo das agroindústrias vinculadas à produção animal. Esse fenômeno, fator indiscutível de agravamento da crise de alimentos, intensificou o processo de dependência na medida em que levou a importações adicionais de produtos alimentares básicos, de forragens assim como do instrumental requerido para a implantação dos novos processos produtivos.

Com respeito à capacidade exportadora dos países latino-americanos nessa nova etapa, pode afirmar-se que foi insuficiente para gerar as divisas necessárias à compensação das perdas ocorridas através do movimento importador. Enfrentando-se com um mundo capitalista que, diferentemente do modelo anterior vigente até 1950, não só se auto-abastecia, mas também inundava de alimentos o seu entorno, bem poucos eram os espaços com que podiam contar. A história recente dos países rio-platenses é, nos seus matizes recessivos, um exemplo claro dessa perda de espaços e funções provocada pela reestruturação do comércio mundial sob o domínio norte-americano. O Brasil seria o único país capaz de romper com o estatuto da marginalidade característico das novas tendências, ao conseguir competir exitosamente com os Estados Unidos na produção da soja e, dessa maneira, enriquecer o seu comércio exterior.

De um modo geral, os países da América Latina conservaram a sua condição de produtores de artigos complementários à dieta básica, como o café, o cacau, o tabaco, o açúcar e outros, enfrentando, entretanto, nas últimas décadas, as dificuldades causadas pela incorporação de produtores concorrentes originários da África e Ásia, situação que levaria a grandes desequilíbrios e oscilações no mercado desses bens.

Para alguns países da região, essa situação foi amenizada por novas possibilidades no campo da exportação, derivadas de uma abertura do mercado norte-americano a artigos complementares não competitivos. Foi assim que, nos países limítrofes, se expandiu a pecuária bovina, produtora de carnes de baixa qualidade, com o objetivo de atender às camadas mais baixas da população norte-americana, incapacitadas de consumir carnes finas, produzidas internamente sob métodos intensivos. Também as produções hortigranjeiras e frutícolas dos países latino-americanos de clima temperado encontrariam receptividade no mercado dos Estados Unidos, dada a função complementar que cumprem durante certas épocas do ano. Dessa forma, alguns países, sobretudo aqueles de maior proximidade geográfica com os Estados Unidos, contam no momento com novas perspectivas no terreno da exportação, diminuindo um pouco a vulnerabilidade do modelo exportador tradicional, constituído por artigos de natureza tropical.

No entanto são êxitos que devem ser relativizados. Os últimos exemplos não constituem mais que pequenas brechas num mercado que, em certas conjunturas, tende a fechar-se em consequência de políticas protecionistas.

Por outro lado, essas aberturas no campo exportador são insuficientes para neutralizar as tendências empobrecedoras que emanam do novo contexto, atingindo o subcontinente. O caso mexicano ilustra dramaticamente essa situação: país com o maior índice de articulação exportadora ao país vizinho, historicamente privilegiado pela abertura norte-americana, perde, na atualidade, a totalidade das suas divisas na compra externa de alimentos.

Bibliografia

- ANUÁRIO FAO DE COMÉRCIO 1965 (1966). Roma, v.19.
- ANUÁRIO FAO DE COMÉRCIO 1980 (1981). Roma, v.34.
- ARROYO, G. et alii (1985). **Agricultura e alimentos en América Latina**. México, UNAM.
- BARKIN, D. & SUAREZ, B. (1982). **El fin de la autosuficiencia alimentaria**. México, Nueva Imagen.
- BURBACH, R. & FLYNN, P. (1982). **Agroindústria nas Américas**. Rio de Janeiro, Zahar.
- CEESTEM (1980). **El Sistema Alimentario Internacional: un marco de referencia para Mexico**. Mexico.
- CEPAL (1981). **El desarrollo agrícola en los ochenta**. Montevideo.
- _____. (1983). **Estudio economico de América Latina 1982: Brasil**. Montevideo.
- DELGADO, Guilherme Costa (1985). **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965/1985**. São Paulo, UNICAMP/ICONE.
- ESTEVEZ, Y. & PORTILLA, B. (1981). **El desarrollo agroindustrial, agronegocio e nuevo orden economico internacional?** México, CEESTEM. (Lectures del CEESTEM).
- FLICHMAN, Guillermo (1977). **La renta del suelo y el desarrollo agrario argentino**. Mexico, Siglo Veintiuno.
- FRITSCHER, Magda (1986). **Los procesos de modernización agropecuária en America Latina: los casos de Brasil y México**. (Trabalho não publicado).
- GALBRAITH, John Kenneth (1980). A dissidência de Karl Marx: o manifesto comunista. In: _____. **A era da incerteza**. 2. ed. São Paulo, Pioneira.
- KAUTSKY, Karl (1981). **La cuestión agrária**. México, Siglo Veintiuno.
- LICHTENSZTEJN, S. & BAER, M. (1987). **Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial**. São Paulo, Brasiliense.

- MULLER, G. (1981). COTRIJUI: tentativa de criação de um conglomerado de capital nacional. In: LOUREIRO, Maria Rita. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo, Cortez.
- RAMA, R. & RELLO, F. (1979). La agroindustria mexicana: su articulación con el mercado mundial. **Investigación Económica**, Mexico, Universidad Nacional Autónoma de México/Facultad de Economía, 38(147):99-125.
- SITJAR, G. & OSORIO, S. (1983). **Una aproximación al enfoque de sistemas en la ganadería**. México, CIDE. (Economía Mexicana, Serie Temática I, Sector Agropecuario).